

## Entrevista

# Contribuições dos Indicadores de Qualidade da Educação para a melhoria da educação infantil: A experiência de São Paulo na gestão do prefeito Fernando Haddad. Entrevista com Maria Malta Campos<sup>1</sup>

Contributions of Education Quality Indicators on the improvement of early childhood education: The experience of São Paulo under mayor Fernando Haddad tenure. Interview with Maria Malta Campos

Ana Cláudia de Arruda Leite<sup>1\*</sup>

<sup>1</sup>Instituto Alana, São Paulo, SP, Brasil

**COMO CITAR:** Leite, Ana Claudia Arruda (2022). : Contribuições dos Indicadores de Qualidade da Educação para a melhoria da educação infantil: A experiência de São Paulo na gestão do prefeito Fernando Haddad. Entrevista com Maria Malta Campos. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(3 spe), e111922. <https://doi.org/10.4322/rbaval202211019>

Ana Cláudia de Arruda Leite, branca, Pedagoga e Mestre em Ciências Sociais da Educação Pela PUC-SP. Coursou a Escola de Liderança Executiva em Desenvolvimento para a Primeira Infância, pelo NCPI e Center on the Developing Child da Universidade de Harvard. Atualmente é consultora de educação e infância do Instituto Alana e assessora da Pacto Organizações Regenerativas.

## Resumo

A avaliação da educação é um campo relativamente recente no Brasil, que principia no contexto de redemocratização do país e ganha mais força e capilaridade no processo de construção dos Indicadores de Qualidade a partir dos anos 2000. Fruto de um processo participativo e democrático, que envolveu diversos pesquisadores e organizações governamentais e não-governamentais, o Indique (2004) foi um marco nas discussões sobre avaliação da educação, sendo amplamente distribuído pelo MEC e a UNICEF. Voltado ao Ensino Fundamental e Médio, a sua publicação deu origem à produção, também coletiva, dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Tais documentos contribuíram de forma significativa para o aprofundamento da reflexão sobre a avaliação da Educação Básica no Brasil. Além disso, o Indique traz uma concepção inovadora na medida em que propõe uma autoavaliação participativa das unidades educacionais, o que favorece o engajamento da comunidade escolar na discussão sobre qualidade da oferta e fortalece a noção de educação como um direito, um bem público e uma coresponsabilidade de todos - Estado, sociedade e escola. De 2013 a 2016, na gestão do Prefeito Fernando Haddad na cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação disseminou o Indique e sua aplicação em parte significativa da Educação Infantil, contemplando unidades da rede direta e conveniada das diferentes regiões da cidade. Nesta entrevista com a Profa Maria Malta Campos são explorados os desafios e conquistas dessa experiência, bem como a de se pesquisar e atuar no campo da avaliação da educação no Brasil.

**Palavras-chave:** Avaliação. Indicadores de Qualidade. Educação Infantil. Autoavaliação. Participação e Democracia.

## Abstract

The evaluation of education is a relatively recent field in Brazil, which began in the context of the country's redemocratization and gained more strength and capillarity in the process of building Quality Indicators from the 2000s onwards. The result of a participatory and democratic process, which involved several researchers and governmental and non-governmental organizations, Indique (2004) was a landmark in the discussions on education evaluation, being widely distributed by MEC and UNICEF. Aimed at Elementary and Secondary Education, its publication gave rise to the collective production of Quality Indicators in Early Childhood Education. Such documents contributed significantly to the deepening of the reflection on the evaluation of Basic Education in Brazil. In addition, Indique brings an innovative concept insofar as it proposes a participatory self-assessment of educational units, which favors the engagement of the school community in the discussion about the quality of the service and strengthens the notion of education as a right, a public good and a co-responsibility of all - State, society and school. From 2013 to 2016, during the administration of Mayor Fernando Haddad in the city of São Paulo, the Municipal

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

**Recebido:** Junho 21, 2022

**Aceito:** Junho 23, 2022

**\*Autor correspondente:**

Ana Cláudia de Arruda Leite

**E-mail:** ac.arrudaleite@gmail.com

**Instituição Parceira:** Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Department of Education disseminated Indique and its application in a significant part of Early Childhood Education, covering direct and affiliated network units in different regions of the city. In this interview with Professor Maria Malta Campos, the challenges and achievements of this experience are explored, as well as that of researching and working in the field of education evaluation in Brazil.

*Keywords:* Evaluation. Quality Indicators. Early Childhood Education. Self-Assessment. Participation and Democracy.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Primeiramente, eu gostaria que a senhora compartilhasse um pouco a sua trajetória profissional e os marcos mais relevantes relacionados à avaliação da educação.**

**Maria Malta Campos:** Eu sou formada em Pedagogia e, em meados dos anos 1970, fui trabalhar como auxiliar de pesquisa no Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC) com um projeto sobre a pré-escola. A minha experiência anterior era com adolescentes, e não com crianças pequenas, pois eu havia trabalhado no Ginásio Estadual Pluricurricular Experimental da Lapa (GEPE 1) entre 1967 e 1970. O projeto na FCC era coordenado pela professora Ana Maria Poppovic, uma pesquisadora importante da área da educação infantil, que estava, na época, investigando o desenvolvimento infantil em crianças de 4 a 6 anos de diferentes classes sociais. Paralelamente a isso, eu estava envolvida com os movimentos sociais de mulheres, principalmente os organizados na periferia. No fim da década de 1970 e começo dos anos 1980, tivemos os Congressos da Mulher Paulista em São Paulo e havia um movimento social importante de luta por creches. Em outras cidades brasileiras também existiam movimentos parecidos. Então, na FCC, nós formamos um grupo voltado para essa questão, hoje denominada como relações de gênero. Não havia esse termo na época, era a condição da mulher, mas com o mesmo sentido. Nesse projeto, também se formou um subgrupo voltado para a creche, que era integrado pela Fúlvia Rosemberg e por mim. Começamos a dialogar com grupos de outros lugares do Brasil, e na ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação) foi criado um grupo de trabalho sobre a educação pré-escolar. Estávamos em busca de subsídios para entender a questão da creche, sendo que a primeira preocupação que emergiu foi justamente a da qualidade, em especial, das unidades que atendiam as populações de baixa renda. Elas foram as primeiras unidades diretas em São Paulo, vinculadas à Secretaria do Bem-Estar Social, mas, em outras cidades do Brasil, as creches eram majoritariamente comunitárias. Era comum as cuidadoras das crianças nas creches serem mulheres da própria comunidade, sem uma formação específica ou até mesmo sem ter o Ensino Fundamental completo. A questão da qualidade emergiu com muita força nessa época, porém ela não veio da área de educação propriamente dita, mas sim da militância, de um trabalho comunitário junto aos movimentos sociais. Por isso, os primeiros documentos que abordam a questão da qualidade são do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, formado no primeiro governo democrático, e do Conselho Estadual da Condição Feminina, constituído em São Paulo no início dos anos 1980, quando Franco Montoro, primeiro governador eleito democraticamente, assumiu o mandato em 1983. É importante dizer que, na época, havia um paralelismo de atendimento. As creches atendiam crianças de 0 a 6 anos. Não era só de 0 até 3 anos, como hoje. Elas atendiam de 0 a 6 e era uma pré-escola de pior qualidade, a qual as crianças de periferia e de regiões mais empobrecidas frequentavam. Essa é uma raiz importante, porque mostra como nasceu a luta por acesso ao direito à educação infantil, junto à pressão da demanda por atendimento, pois as mulheres que estavam ingressando no mercado de trabalho não tinham onde deixar seus filhos.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Maria, a senhora tem um papel muito relevante na discussão sobre a avaliação da educação no Brasil e na construção dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil, tanto no âmbito federal como depois no município de São Paulo. Você poderia nos contar um pouco do contexto e da relevância desses documentos para a melhoria da educação?**

**Maria Malta Campos:** A questão dos indicadores de qualidade (Indique) tem vários antecedentes. É muito importante lembrar de um antecedente, que, aliás, está na bibliografia da primeira versão dos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil do MEC, que é um



documento produzido pela comunidade europeia (Balageur et al., 1992). Ele é extremamente importante, pois foi a primeira vez no Brasil que tivemos acesso a um documento sobre a qualidade da educação infantil, com perguntas diretas a respeito de diversos critérios de qualidade, por exemplo, na parte denominada *parent's view*, pergunta-se: “*Os pais se sentem bem-vindos?*”. São várias perguntas sobre diferentes âmbitos que se propõem a avaliar a qualidade do atendimento. Um aspecto muito interessante é que esse documento também não foi feito pela área de educação, e sim por uma comissão da comunidade europeia, coordenada por um pesquisador muito relevante no campo, que é o Peter Moss, que visava à integração das mulheres no mercado de trabalho. Aliado a esse precedente, tinha minha participação na ONG Ação Educativa, que produziu o Indique voltado ao Ensino Fundamental e Ensino Médio (Ação Educativa, 2004). Essa publicação começou a circular e ganhar relevância, e algumas escolas de educação infantil e prefeituras conheceram o documento e passaram a utilizá-lo, embora as perguntas não fossem muito adaptadas a essa realidade. Surgiu, assim, uma demanda da área de educação infantil de se construir um Indique específico para esse nível de ensino. Essa demanda chegava, principalmente, na Ação Educativa, que acabou conseguindo um apoio da Unicef e de outras entidades para elaborar um Indique para a educação infantil (Brasil, 2009). Nós formamos um grupo, fizemos pré-teste e reformulamos o documento. Foi um trabalho bem cuidadoso. Nós o experimentamos com parceiros em vários lugares do Brasil. Quando Fernando Haddad foi eleito para a prefeitura da cidade de São Paulo, no segundo semestre do primeiro ano de sua gestão, em 2013, a Sônia Larrubia Valverde, coordenadora do setor de educação infantil da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), convidou-me para dar uma consultoria na área de avaliação de qualidade. Eu chamei a Bruna Ribeiro para ajudar nesse trabalho: ela foi minha orientanda na PUC e fez uma pesquisa de mestrado sobre o uso de uma versão ainda preliminar do Indique do MEC em quatro creches conveniadas da Rede Municipal de São Paulo. Essa assessoria à SME resultou no documento “*Indicadores da Qualidade na Educação Infantil Paulistana*” (São Paulo, 2015) e também em dois relatórios que contam sobre o desenvolvimento do projeto a partir de uma aplicação voluntária do documento inicial (Campos & Ribeiro, 2016, 2017). Eu me lembro de que até havia a dúvida por parte da prefeitura se apareceria algum CEI ou alguma EMEI interessados em participar. Eu falei: “olha, se aparecerem 30 unidades, já estou achando ótimo, porque é mais do que a maioria das experiências que já foram feitas pelo Brasil”. Apareceram 400 unidades que, voluntariamente, dispuseram-se a trabalhar com o documento. Foi a partir daí que começou o nosso trabalho. Geralmente as reuniões eram feitas em cada uma das 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs), nos auditórios dos CEUs, e trabalhávamos com representantes das unidades de Educação Infantil. Tudo era mediado pela prefeitura, não tínhamos contato direto com as unidades. Nós fazíamos o trabalho de processamento de dados na FCC, que financiou parte do projeto. Documentávamos por meio de aplicação de questionários e depois compartilhávamos as informações com as equipes. E nesse processo de ida e volta de dados, transcorreram-se três anos e meio, encerrando-se o trabalho em 2016.

**Ana Cláudia de Arruda Leite:** A parceria com a prefeitura de São Paulo foi muito significativa no uso do Indique para a autoavaliação dos CEIs. Considerando que a rede municipal de educação infantil paulistana é enorme e permeada por muitos desafios, quais foram, na sua opinião, as principais conquistas e aprendizados dessa experiência?

**Maria Malta Campos:** A equipe da prefeitura colocou vários objetivos para esse trabalho. Esses objetivos eram os seguintes: 1) fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade educacional; 2) diálogo entre educadores e familiares; 3) incentivo à prática de gestão democrática; 4) aperfeiçoamento do Projeto Político-Pedagógico na colaboração entre as equipes das DREs e das unidades; 5) coleta de subsídios para a elaboração dos indicadores da própria SME para a educação infantil paulistana; e 6) melhoria da qualidade da educação infantil municipal. No final do relatório, a partir das informações que tínhamos disponíveis, verificamos como cada um desses objetivos foram ou não atingidos. Acerca do primeiro objetivo, que é o fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente na unidade, trata-se



de uma característica importante da realidade da rede e que ficou muito presente no nosso estudo. A Rede Municipal de São Paulo é gigantesca, e, quando você se aproxima das unidades, constata que ela é bastante heterogênea. As unidades são muito diferentes entre si. Não só isso. As DREs também refletem realidades sociais, territoriais e culturais muito diferentes. Além disso, elas têm orientações próprias que podem não ser exatamente coincidentes com as orientações centrais. Por causa de toda essa complexidade e tamanho, elas acabam tendo uma história própria. Cada DRE tem uma história, sua equipe, seus projetos. No contato com as equipes da DRE, constatamos que cada uma lidava de uma forma diferente com as solicitações da equipe central. Tanto é que nós temos vários dados quantitativos, por exemplo: “quantos questionários foram respondidos? Quantas pessoas participaram da reunião?”, e, ao comparar essas informações por DRE, percebemos que existem muitas diferenças. Houve fortalecimento sim na rede, mas não de forma homogênea nas 13 regiões. Quanto ao segundo objetivo, o diálogo entre educadores e familiares, eu acho que houve uma unanimidade. O uso do Indique foi muito relevante. O fato de precisar convidar os familiares para participar de uma avaliação do trabalho que era feito na unidade foi marcante. Na ocasião, as pessoas reclamavam: “vai pouca gente”. Contudo, mesmo quando o grupo era pequeno, isso em si já era uma novidade total, pois nunca tinha acontecido antes. Nunca os pais haviam sido chamados para discutir a avaliação da qualidade do trabalho da unidade. Isso foi uma novidade tanto para os pais quanto para as equipes. E as unidades mais descrentes diziam: “para que convidar os pais? Não é melhor fazermos só entre nós?”. E justamente a novidade foi a autoavaliação ser feita com todos e ter as várias perspectivas: a visão dos funcionários, do porteiro, da cozinheira, das famílias, e não apenas das professoras e da coordenadora pedagógica. Foi uma descoberta para todos! As pessoas ficaram assim: “puxa, mas funcionou bem”, “os pais gostaram do nosso trabalho”, “eles acharam interessante”, “eles resolveram colaborar mais com a escola”. Então, sobre esse segundo objetivo, eu não tenho dúvida de que foi atingido.

### **Ana Cláudia de Arruda Leite: Nesse sentido, podemos dizer que a autoavaliação institucional participativa é uma estratégia que contribui para a discussão sobre a qualidade da educação infantil de forma coletiva?**

**Maria Malta Campos:** Você tocou no nosso último objetivo, que era justamente a melhoria da qualidade. Nós não tínhamos nenhum instrumento que permitisse dizer o seguinte: antes de fazer isso, a qualidade era X; depois a qualidade era X mais alguma coisa. Nós não tínhamos como medir essa dimensão, mas construímos algumas hipóteses e indicações baseadas nas oficinas que fizemos com os representantes das unidades na última etapa do trabalho. Não foram muitos representantes, porque havia um número limitado de participantes, com quem nós pudemos discutir com mais cuidado e profundidade como foi realmente essa experiência de aplicar os indicadores. E foi muito interessante, porque geralmente os representantes de unidades eram as coordenadoras pedagógicas; em alguns casos, diretores e, em pouquíssimos casos, professores. Em algumas DREs, tiveram apenas representantes de EMELs e creches diretas; em outras, DREs também de creches conveniadas. A primeira constatação foi que ocorreu um processo de “esverdeamento” da avaliação realizada pelas unidades. Na metodologia do Indique, utilizamos cartões vermelho, amarelo e verde para as pessoas se manifestarem nos grupos. Mesmo quando um subgrupo tinha analisado determinada dimensão e a avaliava como amarela, na hora da plenária havia uma certa acomodação, e até indução: “será que não é verde?”, “se está bom, então coloque verde”. E, dessa forma, ficou muito claro para nós um princípio que pressupunhamos desde o início, fundamentado em outras experiências, de que não dá para comparar os dados de autoavaliação das unidades A com os da B, porque as unidades que são mais amadurecidas, comprometidas, que têm um trabalho interessante e se questionam são justamente as mais exigentes consigo próprias. Já aquelas que não estão muito interessadas ou que ainda não aprenderam como melhorar o seu trabalho pedagógico, a saída delas ocorre de forma bem rápida, colocando verde em tudo ou na maioria das coisas, ou então transferindo o problema sempre para o outro. Por exemplo: “isso aqui não vai ter verde, mas não é nossa culpa; é culpa da SME ou da DRE”. E as entidades mais maduras diziam: “esse aspecto nós podemos melhorar; isso nós mesmos



podemos fazer; isso nós já discutimos, será que não precisávamos rever?”. Elas têm uma atitude mais madura, mais segura de si, com menos propensão a querer esconder as coisas.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: E essas unidades que têm esse olhar mais criterioso provavelmente são as que mais usaram a autoavaliação na elaboração de seus planos de ação?**

**Maria Malta Campos:** Exatamente. Em relação aos planos, nós estávamos começando a avaliação de uma amostra de forma mais qualitativa. No segundo relatório que produzimos, há apenas algumas constatações sobre isso, porque nós recebemos os planos já na etapa final do trabalho. Nós havíamos conseguido um pequeno financiamento para analisar qualitativamente esse conjunto de planos, que é um material muito interessante, mas heterogêneo. Há alguns planos incríveis, e outros que são apenas burocráticos, somente para responder à demanda. Você percebe que alguns foram feitos com muito cuidado; outros, não. A equipe da Ação Educativa já tinha feito uma avaliação dos planos elaborados a partir do Indique do Ensino Fundamental e constatou coisas muito parecidas. Nós percebemos que seria preciso um trabalho mais específico voltado para o plano de ação, porque as unidades são demandadas para produzir diversos planos e elas têm dificuldade em relacioná-los. Tem o Projeto Político-Pedagógico, tem o plano de ação do Indique e também outras demandas de SME, não apenas do setor de educação infantil, pois as equipes são muito solicitadas e para diferentes coisas. Então, para ter-se um plano de ação significativo, seria importante desenvolver alguma ação formativa específica para essa finalidade.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Maria, ainda sobre a experiência dos Indiques nos CEIs de São Paulo, há outros desafios ou resultados que a senhora considera relevantes nesta experiência?**

**Maria Malta Campos:** Primeiramente, eu gostaria de fazer um elogio à Rede Municipal de São Paulo. Eu tenho experiência com outras redes. Já fiz duas pesquisas em outras redes sobre a qualidade e gestão da educação infantil em várias capitais brasileiras. A Rede de São Paulo tem muitas qualidades comparativamente falando. Porém, quais são os problemas? Eu acho que tem muitos problemas de comunicação. A comunicação é sempre, pelo menos era, feita verticalmente. Então alguma coisa tem que sair da secretaria e chegar verticalmente na unidade e depois da unidade vir verticalmente de volta para a secretaria. Também não víamos comunicação entre as próprias DREs ou, por exemplo, interentidades conveniadas. Em termos de comunicação com a rede conveniada e a rede direta, nós percebemos muitas diferenças, não era algo igualitário. Uma coisa que nos afligiou muito foi perceber que, logo no início do trabalho, algumas DREs só convidavam as unidades diretas para as reuniões. Então nós começamos um trabalho de formiguinha, e todo lugar que íamos perguntávamos: “quem é de creche conveniada? Convidaram as conveniadas?”. Depois conversávamos com o pessoal da DRE e perguntávamos: “quantas conveniadas vieram? Quantas não vieram? Por que não vieram?”. Nós fazíamos isso o tempo todo, porque a criança é a mesma. Ela sai da mesma lista de espera da prefeitura. A família não colocou na creche conveniada ou direta porque ela quer. Ela quer sim é garantir alguma vaga na creche.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Ou seja, existem muitos atravessamentos que interferem na qualidade da educação.**

**Maria Malta Campos:** Muitos atravessamentos. Agora, o trabalho do supervisor é fundamental. Nós percebemos isso pelo envolvimento dos supervisores, em maior ou menor grau, e com mais ou menos entusiasmo em relação ao projeto. Porém, tem grupos de supervisores, ou melhor, supervisoras, porque a maioria é mulher, que são de altíssimo nível. São pessoas que têm doutorado, com experiência muito grande e muito competentes. Então tem um potencial que talvez pudesse ser mais bem aproveitado. Para você chegar lá e ficar apenas cuidando de um monte de coisa burocrática, não precisa ter doutorado em educação, artigo publicado, nem mestrado ou nada disso para ver se os papéis da creche





estão em ordem. Pode ser outro tipo de funcionário. Supervisor escolar, na minha opinião, deveria estar vendo o trabalho pedagógico da unidade. E isso é algo que tradicionalmente é um pouco conflitivo. Acontece também uma sobrecarga de trabalho, há um número grande de unidades para cada supervisor acompanhar, com grandes distâncias para os deslocamentos, entre outros problemas. Enfim, são muitas coisas que interferem na qualidade.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Sabemos que qualidade é um conceito em constante disputa e condicionado a múltiplos fatores. No Brasil, a avaliação da educação infantil enfrenta um paradigma sobre olhar para as condições da oferta versus para o desenvolvimento da criança. Como você entende estes dois âmbitos e qual é a contribuição do Indique neste campo?**

**Maria Malta Campos:** Eu tenho uma posição com a qual, digamos, não são todos que concordam. Eu acho que as várias abordagens de avaliação são complementares. Eu não acho que porque você usa um tipo de abordagem mais participativa você está proibido de fazer uma pesquisa, por exemplo, voltada à avaliação do desenvolvimento infantil. Eu acho que as duas abordagens olham para aspectos diferentes e de uma forma também diversa. Uma coisa que a nossa equipe sentiu muita falta foi contar com uma pessoa de fora da unidade acompanhando a avaliação. Outras experiências de aplicação do Indique contaram com esse apoio, de ter sempre um observador externo no momento da reunião de avaliação e também na reunião do plano de ação. Algumas experiências internacionais chamam esta estratégia de “amigo crítico”. Você convida um “amigo crítico” que tenha um olhar externo e que questione um pouco as pessoas na hora da autoavaliação. Nós assistimos a isso em algumas unidades que nos convidaram. Em uma que eu observei, que era uma creche indireta, construída pela prefeitura, mas gerida por uma associação, eu achei muito interessante porque a própria diretora fazia esse papel de “amigo crítico” na hora da reunião coletiva. Ela perguntava para o relator de cada grupo: “será que é assim mesmo?”. Ela olhava para os pais na assembleia e falava: “você concordam que a creche está tão bem assim nesse aspecto?”. Mas isso é raro. Não é assim que acontece na maioria das vezes, por isso esse observador externo é muito importante. Com mais de duas mil unidades de educação infantil, que é o que a Rede Municipal de São Paulo possui, é impossível você garantir esse olhar crítico, porém seria importante pelo menos garantir em uma pequena amostra. Sentimos falta desse aspecto, que é um argumento para dizer “não basta uma autoavaliação, precisa ter algum olhar externo”. Precisa ter alguém com um instrumento mais objetivo, de medida, que não tenha um cunho tão formativo. E uma coisa não nega a outra. É importante que se tenha o trabalho coletivo, formativo, mas é importante também que a rede saiba, de forma mais tangível, como vão as suas escolas. Qualquer gestor precisa saber como está o trabalho. Então, como é que eu tenho me posicionado? Eu defendo esta posição: de que uma avaliação do desenvolvimento infantil não deve ser do tipo de um Saeb, que é feita com todos os estudantes, porque é totalmente impraticável. Você não tem como realizar esse tipo de avaliação com uma população de crianças que ainda não são capazes de responder a um instrumento autonomamente. Mas você pode fazer um projeto de pesquisa, tendo uma amostra, com observadores externos, com instrumento que seja pré-avaliado. Claro que qualquer pesquisa deve respeitar protocolos éticos. Se você fizer na universidade ou quiser algum financiamento, você precisa ter aprovação da comissão de ética. O grande problema que as pessoas levantam é a questão ética, de que vai ser injusto com a criança, porque vai sinalizar que ela não se desenvolveu. Pode ser que determinada creche esteja atendendo uma população mais vulnerável do que a outra, e a avaliação vai dizer que ela é pior do que as demais. Bom, mas tudo isso o pesquisador tem que levar em conta. A mesma coisa quando dizemos que não se pode comparar o resultado do Indique da creche A com a creche B porque justamente a mais rigorosa pode ser a melhor, porém ter muito vermelho, sendo que a outra, que é pior, pode ter muito verde. Do mesmo modo ocorre em relação à pesquisa, sendo preciso respeitar uma série de critérios. Então eu não sou contra que se avalie o desenvolvimento infantil, mas requer um cuidado em relação a como isso é feito.



**Ana Cláudia de Arruda Leite: Nesse sentido, para avaliar a qualidade da escola na educação infantil, torna-se muito relevante olharmos para as condições da oferta?**

**Maria Malta Campos:** Exatamente. Há um pesquisador que tem uma citação de que gosto muito e com a qual concordo totalmente. Ele diz o seguinte: a literatura mostra que determinadas condições estão associadas com melhores resultados por criança. Realmente, várias pesquisas internacionais mostram que determinadas condições promovem mais o desenvolvimento infantil, inclusive a longo prazo, como as pesquisas do EPPE realizadas no Reino Unido pelas Universidades de Londres e de Oxford, que evidenciam claramente isso (Melhuish, 2013; Sylva et al., 2010). Eles avaliaram crianças que já devem até ser adultas hoje e acompanharam desde os 2-3 anos de idade. No entanto, aquele pesquisador chama a atenção para o seguinte: de forma geral, nós sabemos quais as qualidades que o atendimento deve ter para que promova um bom desenvolvimento infantil. Ele cita que as interações entre o professor e as crianças combinem estimulação com apoio (Yoshikawa et al., 2013, p. 14). Porém, nós não sabemos se, em determinada unidade, essas condições estão se materializando e promovendo o desenvolvimento infantil de forma integral. Você pode supor que sim, porém, às vezes, tem ali algum fator que não está adequado. Ou, talvez, o problema seja o modelo pedagógico que não se adequa bem àquele grupo de crianças. Podem ser várias coisas. Então, se você não medir também o desenvolvimento infantil, você não vai conseguir aferir se as crianças estão realmente se desenvolvendo bem. Hoje, uma coisa que nós já sabemos no Brasil e que converge com outras pesquisas internacionais, principalmente americanas, é que, de forma geral, dois anos de pré-escola faz com que a criança se saia melhor no Ensino Fundamental. Nós medimos isso na pesquisa que fizemos para o MEC/BID em 2010 (Campos et al., 2011). Outros trabalhos estão chegando à mesma conclusão. O Saresp fez a pergunta se a criança tinha feito ou não pré-escola e confirmou também isso, pois quem fez pré-escola apresentou melhores resultados nas provas aplicadas no Fundamental 1. Então, é muito bom que a pré-escola tenha qualidade, que se adeque à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas não há muita dúvida de que, mesmo quando a unidade não é de excelência, há um ganho significativo no desenvolvimento infantil ao se frequentar a pré-escola. Já no caso da creche, ou seja, de crianças menores, na faixa etária de 0 a 2 anos principalmente, isso é diferente. Quanto menor a idade, menos nós podemos ter essa certeza, porque já são outras questões mais delicadas e sutis que estão implicadas, como a interação humana que acontece ali. Uma unidade pode ter um prédio lindo, mil materiais, as pessoas serem formadas com pós-graduação, e, de repente, as interações não acontecem com a qualidade necessária, e os bebês e as crianças não têm garantido um ambiente adequado para se desenvolverem em todas as dimensões, que não é apenas em relação à parte cognitiva, porque tem também a emocional, motora, sociabilidade e várias outras. Então eu considero que todas essas formas de avaliação são complementares. Eu não vejo que uma negue a outra, e vice-versa. Também não concordo com as críticas que levem a uma rejeição da autoavaliação coletiva da unidade. Depois de quatro anos de muito suor e preocupação, eu tenho absoluta tranquilidade de falar que não é perda de tempo, ainda mais em uma rede do tamanho da de São Paulo, com a diversidade, heterogeneidade que existe. Então é isto que podemos também dizer em relação ao último objetivo do Indique, que é a melhoria da qualidade da educação. Esse tipo de avaliação não me permite dizer se essa experiência melhorou a qualidade da rede como um todo, mas eu acredito que tenha melhorado em muitas unidades.

**Ana Cláudia de Arruda Leite: Maria, para terminar, eu gostaria de trazer uma pergunta relacionada ao contexto atual. No Brasil, temos enfrentado muitos retrocessos em vários âmbitos, como nos direitos sociais, na área da educação e até propriamente no Estado Democrático de Direito. Como a senhora percebe a contribuição de uma estratégia participativa, como é o caso da autoavaliação institucional que vocês fizeram na SME-SP, na garantia de direitos e no fortalecimento de uma educação democrática e de qualidade para todos os bebês e crianças?**

**Maria Malta Campos:** Eu acho que nós estamos vivendo uma tragédia no país e na educação. Essa tragédia se soma aos efeitos da pandemia, à falta de apoio do MEC. Aliás, não é falta de



apoio; é boicote mesmo do governo federal em relação à educação. O desmonte que houve de toda uma estrutura que foi construída ao longo de várias décadas e com muito sacrifício, que já tinha assistido muitas melhorias a partir dos anos 2000. Na educação infantil, nós conseguimos várias melhorias depois de muita luta de muita gente. Realmente eu acho que esses últimos anos foram trágicos. Nós teremos que refazer uma parte desse longo percurso que já havia sido feito desde a redemocratização do país. Isso não tem a ver somente com a área educacional. Eu acho que tem a ver também com a situação de fome, de pobreza. As crianças ficaram sem ter o que comer, porque foi interrompida a merenda escolar durante esses anos. As formas como as várias redes fizeram, com distribuição de cesta básica e algumas outras coisas que foram feitas, até mesmo com repasse de verba, não supriram todas as necessidades. O programa de merenda escolar do Brasil é um dos mais bem avaliados do mundo, e ele simplesmente foi para o brejo nesse período. Além disso, os indicadores de pobreza e miséria aumentaram. Eu acho que a pandemia também permitiu que as escolas percebessem as condições de habitação dos seus alunos, principalmente no Ensino Fundamental e Médio, o que foi documentado de várias maneiras. Não foi tão documentado na educação infantil, porque é outro contexto. É algo que me chama muito atenção, os alunos desligarem a imagem com vergonha de mostrar a sua casa. "Qual é o espaço que as crianças têm na sua casa para fazer a lição?". Eu acho que as pessoas deveriam começar a pensar sobre isso. A tragédia política se somou à questão da pandemia, à omissão, ao boicote do governo federal, não apenas local. Por tudo isso, considero uma tragédia o que estamos vivendo no Brasil e acho que nós vamos levar muito tempo para conseguir entender o tamanho dela.

#### Fonte de financiamento

Não há.

#### Conflito de interesse

Não há.

#### Referências

- Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep-MEC (coordenadores). (2004). *Indicadores da qualidade na educação*. São Paulo: Ação Educativa.
- Balageur, Irene, Mestres, Juan, & Penn, Helen. (1992). *Quality in services for young children: A discussion paper*. Bruxelas: European Commission Childcare Network. Recuperado em 12 de abril de 2022, de <https://childcarecanada.org/>.
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. (2009). *Indicadores da qualidade na educação infantil*. Brasília: MEC/SEB.
- Campos, Maria Malta, Esposito, Yara Lúcia, Bhering, Eliana, Gimenes, Nelson, & Abuchaim, Beatriz. (2011). A qualidade da educação infantil: Um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, 41(142), 20-54. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100003>
- Campos, Maria Malta, & Ribeiro, Bruna. (2016). *Autoavaliação institucional participativa em unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo* (Textos FCC: relatórios técnicos, v. 48). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Campos, Maria Malta, & Ribeiro, Bruna. (2017). *Autoavaliação institucional participativa em unidades de educação infantil da rede municipal de São Paulo - II* (Textos FCC: relatórios técnicos, v. 51). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Melhuish, Edward. (2013). Efeitos de longo prazo da educação infantil: Evidências e política. *Cadernos de Pesquisa*, 43(148), 124-149. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000100007>
- São Paulo. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. (2015). *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana*. São Paulo: SME/DOT.
- Sylva, Kathy, Melhuish, Edward, Sammons, Pam, Siraj-Blatchford, Iram, & Taggart, Brenda. (2010). *Early childhood matters: Evidence from the effective pre-school and primary education project*. Abingdon: Routledge. <http://dx.doi.org/10.4324/9780203862063>.
- Yoshikawa, Hirozaku, Weiland, Christina, Brooks-Gunn, Jeanne, Burchinal, Margaret R., Espinosa, Linda M., Gormley, William T., Ludwig, Jens, Magnuson, Katherine A., Phillips, Deborah, & Zaslow, Martha J. (2013). *Investing in our future: The evidence base on preschool education*. Washington, DC: Society for Research in Child Development/Foundation for Children Development.